

Líder do governo na Câmara quer urgência para projetos prioritários

por Eduardo Hollanda
de Brasília

O líder do governo na Câmara, deputado Roberto Freire (PPS-PE), reúne-se nesta semana com o líder do governo no Senado, Pedro Simon (PMDB-RS), para acertar uma estratégia comum visando acelerar a tramitação de vários projetos considerados prioritários pelo governo. Entre esses projetos, estão o que determina novas regras para as licitações, a modernização dos portos, a concessão de serviços públicos, a reforma agrária, a Advocacia-Geral da União e o ajuste fiscal, este através de um projeto que será enviado pelo governo nesta semana, prevendo emenda constitucional.

Para Roberto Freire, "esses projetos não podem ser considerados prioridades do governo anterior, e sim do Brasil. Afinal de contas, boa parte deles teve origem ou na Câmara ou no Senado. E mesmo o projeto dos portos, que é originário do governo Collor, foi consideravelmente alterado na Câmara, depois de amplos debates com todos os setores envolvidos".



Roberto Freire

O projeto que está na fase mais adiantada é o de concessões do serviço público, no momento na Comissão de Constituição e Justiça do Senado. O projeto original é do senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP), foi aprovado no Senado e depois na Câmara, onde sofreu algumas alterações. Assim, esta nova votação será definitiva.

O relator na CCJ era o senador Maurício Corrêa (PDT-DF), hoje ministro da Justiça, que foi substituído pelo senador José Fo-

gaça (PMDB-RS). Este projeto deverá ser votado até o final do mês.

Já o projeto de licitações, originário da Câmara (deputado Luiz Roberto Ponte — PMDB-RS), tem como relator agora no Senado exatamente o novo líder do governo, Pedro Simon. O senador gaúcho vem mantendo reuniões com os senadores e deputados, visando acolher as sugestões já nesta etapa de tramitação, para permitir que, no retorno à Câmara, a aprovação do substitutivo que venha a ser definido no Senado possa ser tranquila.

O projeto dos portos também acabou tendo um atraso fora do previsto, por causa da nomeação do senador José Eduardo de Andrade Vieira (PTB-PR) para o Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo. Ele era o relator na Comissão de Infra-Estrutura e Assuntos Econômicos, e seu substituto ainda não foi escolhido. O novo esforço dos líderes do governo nas duas casas poderá acelerar o processo. Se o projeto da Câmara for mantido, a aprovação acontecerá no

Senado. Se houver mudanças, como as feitas pelo relator da CCJ, Mansueto de Lavor, e rejeitadas por José Eduardo, o projeto volta à Câmara. A reforma agrária, por sua vez, já retornou à Câmara, depois de aprovada também no Senado. Roberto Freire pretende colocar a matéria na pauta de votações desta semana.

Finalmente, a questão do ajuste fiscal vai precisar de muitas negociações, Roberto Freire já está se preparando para garantir três quintos (302) dos votos na Câmara, necessários à aprovação de emendas constitucionais. Como a proposta do governo prevê emendas à Constituição, este quorum é uma dificuldade adicional. Freire garantiu que o governo não mandará nada definitivo, pois pretende trabalhar em conjunto com o Congresso. "Com o debate, a discussão e a colaboração, será possível queimarmos etapas e aprovarmos esse ajuste, fundamental para a governabilidade do País no próximo ano", afirmou.